

**CORPORALIDADES E DIVERSIDADE DE GÊNERO/  
SEXUALIDADE: A GESTÃO ÉTICO-POLÍTICA ENTRE  
INSTITUIÇÕES, IDEOLOGIAS E SUBJETIVIDADE**

**Rafaela Vasconcelos Freitas<sup>1</sup>**

**Bárbara Gonçalves Mendes<sup>2</sup>**

**Marco Aurélio Máximo Prado<sup>3</sup>**

Refletir sobre a gestão da vida social, das instituições, das ideologias e subjetividades se faz sempre relevante, uma vez que os contextos sociais são mutáveis e acabam reorganizando os discursos que compõem estas tessituras. Um contexto adverso, como o que passamos a vivenciar a partir de 2020, com a crise político-sanitária, evidencia o quanto as formas de gestão são passíveis de mudança, culminando em efeitos múltiplos para a vida de quem participa dessas construções relacionais. Além disso, é importante mencionar que todo o modo como a governança pode ser construída não permite um fechamento no que tange a um conteúdo único e essencial, que encerre tais lógicas de poder. Isso faz com que o tema tome urgências de discussão variáveis e seja abordado por prismas múltiplos a depender do contexto vivenciado. E esses diversos fazeres

---

<sup>1</sup> Doutora em Psicologia (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil). Professora Colaboradora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://lattes.cnpq.br/9399633841649417>. <https://orcid.org/0000-0001-6652-0939>. [esh.rafaela@gmail.com](mailto:esh.rafaela@gmail.com). Endereço para correspondência: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia. Rua Ramiro Barcelos, de 2002 ao fim, lado par, Rio Branco, Porto Alegre, RS, Brasil. CEP: 90035-003. Telefone: (55 51) 983507100.

<sup>2</sup> Doutoranda em Psicologia (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil). <http://lattes.cnpq.br/0676450763628930>. <https://orcid.org/0000-0002-0296-1791>. [baarbaragm@gmail.com](mailto:baarbaragm@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutor em Psicologia Social (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil). Professor Associado da Universidade Federal de Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/6622025960142025>. <https://orcid.org/0000-0002-3207-7542>. [mamprado@gmail.com](mailto:mamprado@gmail.com).

das lógicas de governo tomam as discussões acadêmicas, uma vez que as atualizações e nuances deste constante (re)fazer acabam entrelaçadas e direcionadas, em muitos casos, pelo que se entende como político e como social. Dito de outra forma, uma vez que as possibilidades de gestão e governo são infindáveis e construídas, novas teorizações e problematizações fazem-se necessárias a fim de compreender todo o fluir de negociações, que é constante.

Esse dossiê procurou agregar estudos e reflexões pautadas nos debates contemporâneos sobre os sentidos forjados pela e na gestão, com base em experiências de dissidências sexuais e de gênero, mas que também intercalam elementos outros, como raça, classe e corporalidades. Tudo isso permeado por debates políticos contemporâneos que pautem, como mencionado, a gestão da vida social, das instituições, das ideologias, das subjetividades e vale a pena acrescentar, das “crises”.

O que denominamos “crise”, talvez por falta de palavras melhores, atuariam aqui como elemento crucial ao que foi delimitado por nós como chaves conceituais importantes: a noção de gestão da vida, seja em uma perspectiva biopolítica da governamentalidade – relativa à vida social e individual – seja em uma visão da administração do risco das dinâmicas entre sujeitos e coletividades e do cálculo subjetivo a partir dos marcadores sociais da diferença. Tentaremos pincelar esse debate adiante, mas cabe adiantar que a crise, neste caso, toma o posto do que era entendido anteriormente como “gestão do risco”. Uma vez que o risco está posto, quase num viés de certeza, e que as formas de organização se atualizam rapidamente quanto ao enquadramento de sujeitos e experiências, cabe vivenciar o desconforto da insegurança quanto à existência e o pedágio para ser parte do que é instituído nas/pelas lógicas de governo.

Atualmente vivenciamos um processo de ampliação teórico-metodológicas acerca das questões vinculadas à diversidade corporal, gênero e sexualidades. No entanto, quase que como um *backlash*, estamos frente a um modelo

contemporâneo de gestão ético-política, que embora com algum rastro histórico, organiza as formas de vida e indica novos rumos sociais e políticos para o planeta, a partir de fundamentos um tanto quanto controversos, conservadores e ultra-reacionários. Trata-se de um momento em que as formas institucionais de poder político têm administrado estas questões como o epicentro de políticas divisionistas, não só no Brasil, mas com características transfronteiriças. Torna-se fundamental, em meio a este cenário, tematizar essa contemporaneidade, evidenciando de forma bastante nítida, como esses articuladores compõem um campo de disputa política central na organização dos poderes.

Tanto gênero quanto sexualidade e corpo entram como grandes temas no âmbito político, institucional e ideológico. São dinâmicas de extrema importância, que muitas vezes se entrelaçam. E, na medida em que são entendidas como estruturantes, podem incorrer na centralização do sujeito, que passa a centralizar lógicas e práticas mais amplas. Isso diminui a possibilidade de percepção das relações de poder que atuam como fluxo na lógica social e acaba condensando nos indivíduos toda a noção de gestão da diversidade.

O entendimento do aspecto processual e de inter-relação dessas “instâncias” favorece a explicitação do diálogo entre os âmbitos macro – política, ideologia, instituições – e microsociais – sujeitos e suas relações – justamente pela gestão. Afinal, gêneros, sexualidades e corpos são construídos no e pelo discurso, sendo o sujeito, também discursivo. Todos esses elementos, bem como o próprio sujeito, são processuais, fabricados no seu fazer e nos seus atos. Não há uma noção prévia de quem faz, é um constante vir a ser, sem uma origem ou fim e aberto às ressignificações contínuas (Butler, 2003). Não há, pois, uma substância ou essência que determine a priori o sujeito, nem em relação ao gênero, nem à sexualidade. Entretanto, cabe ressaltar que esse fazer é constantemente mediado por normas, que conforme sinaliza Foucault “[estão] inscrita[s] entre as ‘artes de julgar’, ... [são] um princípio de comparação” (Louro, 2008, p. 22).

Portanto, os atos são reiterados dentro de um marco regulatório rígido, preditor e cujos enquadramentos ou rupturas têm efeitos.

Há, desta maneira, uma dinâmica de entrelaçamento do gênero, da sexualidade e das corporalidades como “estruturantes” das relações e instituições: a gestão ético-política da diversidade, as suas formas de exclusão e a abjeção das diferenças. Para tratar dessa dinâmica, nos parece fundamental retomar a noção de discurso, tendo em vista que a discursividade é que forja tais entrelaçamentos e os próprios sujeitos em meio às relações de poder.

São os discursos “que preparam as arenas nas quais os agenciamentos dos sujeitos (e os próprios sujeitos) tomam forma” (Marques & Prado, 2018, p. 96). Por meio dessas práticas discursivas e enunciados diversos e limitados, as condições de existência são construídas. Assim, se molda a noção de gerir ético-politicamente a diversidade criando ordem por meio da exclusão, por formas de condução de condutas, ou seja, governamentalidade.

Foucault utiliza o termo “governamentalidade” para referir-se ao objeto de estudo das maneiras de governar. (...) [Duas noções de governamentalidade que se relacionam à lógica de conduzir condutas, ou governo:] 1) O conjunto construído pelas instituições procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma de exercício do poder que tem, por objetivo principal, a população; por forma central, a economia política; e, por instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. 2) A tendência, a linha de força que, por um lado, no Ocidente, conduziu à preeminência deste tipo de poder que é o governo sobre todos os outros: a soberania, a disciplina e que, por outro, permitiu o desenvolvimento de toda uma série de saberes. (Castro, 2016, p. 190-200).

Por meio dessa governamentalidade e do próprio governo, que subjetiva os indivíduos, coexistem a política e a polícia, da qual emergem as instituições e o Estado. Essas técnicas e estratégias (política) e arte de governo (polícia)

organizam formas consensuais de condução da vida, zelando por ela, que acaba sendo seu campo de ação (Foucault, 2011; 2006). Pensando a gestão, há uma infinidade de formas materiais de lidar com as administrações das diferenças entre os sujeitos, que se apresentam como um problema para a biopolítica. Um dos elementos que aparenta fundamentar tais construções é a necessidade de tornar essas diferenças “positivas”. Essa possibilidade remete ao entendimento foucaultiano de polícia, tendo em vista que ela zelaria pelo bem-estar dos sujeitos que governa (Marques & Prado, 2018). Inclusive, nesse caso, abrindo mão de outros sujeitos, não contemplados nas possibilidades de condutas pré-editadas. E, ainda que contemple a noção de polícia como forma de governo, a positivação dessa diferença, desconsiderando a trama social que a perpassa, ignora completamente os princípios da política, tão cara aos estudos de gênero e sexualidade, que partem da explicitação de conflitos e das assimetrias sociais.

Isso, porque, a dita gestão contemporânea da diferença, apesar de parecer buscar pela inclusão de tais “sujeitos diferentes”, o faz em uma perspectiva “pedagogizante” de inclusão, que se dá de forma perversa, para a manutenção da consensualidade, submetendo-os, inclusive, às noções majoritárias dentro desse campo: cisheteronormatividade – que dita gênero, sexualidades e corpos possíveis. Ainda que alguns modos de leitura e apreensão do campo social façam o suposto contraponto da resistência, tomam como norte a noção de “empoderamento”. E, cabe lembrar, tal concepção também prioriza uma lógica individual que centra no sujeito uma identidade ligeiramente fixa e pronta: afinal gêneros, sexualidades e corporeidades também se constituem como tecnologias de governo.

Independentemente se pela positivação ou resistência, a forma como se molda a gestão (padronizada), o modo de pensar e organizar os sujeitos passa por categorizá-los. A dinâmica administrativa coleta dados relacionados à vida das pessoas inseridas nas instituições. Entretanto, para algumas delas, essa classificação administrativa cria problemas, por não serem contempladas no

enquadre pronto. Alguns exemplos dessa ordem construída pela exclusão se dá no caso das categorizações relacionadas ao gênero, que não contemplam travestis e transexuais, como também em algumas categorizações de raça que sustentando uma dinâmica racista que hierarquiza os sujeitos, dificultando ou inviabilizando o reconhecimento de alguns sujeitos como racializados. E ainda que permita esse reconhecimento, ele será fruto de negociações com caracterizações e efeitos de preterição – porque interessa marcar as pessoas que supostamente divergem da branquitude e das demais universalidades.

Além de uma dificuldade em criar dados, as categorias se tornam mais um “vetor de violência” e são centradas em algumas esferas principais (Spade, 2015): na distribuição de oportunidades, nos documentos de identificação, no acesso a determinadas instalações – separadas por gênero, hierarquias ou até mesmo espacialmente forjadas para excluir algumas pessoas – e, procedimentos relacionados à saúde. O gênero, a sexualidade e as corporeidades passam por tais categorizações, tendo em vista a importância da cisheteronorma nas lógicas sociais de controle e vigilância. Assim, a dinâmica de governo pode, em alguns casos, ser extremamente danosa para as experiências dos sujeitos, cabendo o questionamento sobre até que ponto a gestão estratégica cria bem-estar, como previsto na lógica do biopoder. Até que ponto as possibilidades de ser são contempladas nessa lógica divisionista, conservadora e excludente de gerir a vida? Limitar o entendimento da identidade a uma substância, pré-moldada e fixa, oculta a dimensão processual, de identificação e subjetivação que passam por um constante fazer relacional. Além disso, a categorização aparentemente de modo a organizar a trama social oculta as regras e códigos a partir dos quais os corpos podem aparecer (Rancière, 2009).

Analisar os processos de gestão da vida é colocar em pauta também a dinâmica dos afetos, as diferenças e dinâmicas macro e microsociais. Se em um âmbito as ideologias promovem a desinformação e o ódio e atuam na mobilização do sentir e fazer, produzindo negação e negligência, por outro, a busca por certa

autonomia sobre o corpo e suas dimensões; a necessidade de cuidar de familiares e da comunidade; o direito ao exercício da vida sexual e amorosa, entram na equação de que vida é possível nesse momento, e para estes corpos.

Se para Foucault (1989) o corpo é uma realidade biopolítica, que produz sentido e constrói subjetividades, Butler (2003) sugere que a fronteira e a superfície dos corpos são politicamente construídas mediante os tabus de uma matriz heterossexual, que instauram e naturalizam certos limites, posturas e formas de troca apropriadas. Estabelecendo fronteiras entre os corpos úteis e os que devem receber intervenções frente a suas supostas falhas. Nos interessou, então, os modos de politizar o corpo, de incorporar a política, compreender o corpo em sua discursividade, sua capacidade de articular discursos e práticas (Gomes, 2017; Carmo, 2018).

Os discursos que estabelecem as dimensões corporais possíveis se conectam às regulações sobre os gêneros e as sexualidades, visando a manutenção das performatividades binárias e do exercício das sexualidades heteronormativas

[...]os ritos de passagem que governam os vários orifícios corporais pressupõem uma construção heterossexual da troca das posições e das possibilidades eróticas marcadas pelo gênero. A desregulação dessas trocas rompe, conseqüentemente, as próprias fronteiras que determinam o que deve ser um corpo (Butler, 2003, p. 190).

Deste modo, algumas performatividades lésbicas e gordas, por exemplo, são interpretadas como uma forma de resistir, de desprogramação do desejo heterossexual, traduzidas como “hacking del cuerpo” (Castillo, 2014, p. 77-78). Com o custo de administrarem uma visibilidade exacerbada às violências e dinâmicas de apagamento das possibilidades de existirem como tal.

A ainda<sup>4</sup> atual crise político-sanitária vem deixando como lastro a consolidação do terreno virtual no cotidiano. Como discutido em textos deste dossiê, anteriormente seu alcance já ganhava destaque, visto os efeitos da atuação dos conglomerados das indústrias da informática e suas influências desde a vida cotidiana até os processos democráticos. O aumento exponencial dos tempos de tela, assim como as adaptações dos modos de trabalho com a inclusão de recursos online, intensificaram reflexões sobre dinâmicas de moderação humanas e inteligências artificiais, e os modos de circulação de conteúdos.

Os discursos universalistas e vírus-centrados da biologia, a uniformização de tendências, como a de grupos de risco e a polarização de debates entre ciência e negacionismo tendem a formatar as múltiplas experiências da pandemia nos limites de discursos hegemônicos. Apesar da pandemia Covid-19 ser um evento em escala global, ela se realiza de maneira diversa, múltipla a partir da singularidade de infraestruturas, ambientes, práticas, sentidos, relações e hábitos de vida particulares. Ao considerarmos conhecimentos e formas culturais localizadas, religiosidades, etnicidade, gênero, desigualdades econômicas ou relações de trabalho, temos condições de compreender os efeitos da pandemia e oferecer avaliações e respostas mais fidedignas às realidades distintas onde ela ocorre (Segata, 2020, p. 14).

Se em um primeiro momento se sobressai nas redes, por exemplo, o pânico moral em torno de um possível ganho de peso no confinamento, seguido da justificação das mortes daquele enquadrados nos chamados “grupos de risco”, em especial as/os gordos. Em sequência passou-se a debater a disponibilização pelas plataformas e abuso pelos usuários, de filtros que constroem aproximações virtuais aos padrões corporais vigentes, fazendo circular imagens mais palatáveis

---

<sup>4</sup> O uso do signo “ainda”, se refere ao fato de que, apesar da diminuição de restrições em relação às presenças e ao compartilhamento espacial, ainda há a circulação e mutação do vírus, com contaminações e oscilação do número de vítimas fatais do adoecimento. Tudo isso, como efeito em curso de construções políticas que atenuaram a situação para grande parte da população, implicando diferencialmente os sujeitos no cuidado - que é um processo e um projeto coletivo; bem como utilizaram da pandemia para construção de fronteiras ideológicas e político-partidárias. Todo esse processo, infelizmente, culminou na materialização de um genocídio cujos efeitos seguem vigentes.

às normas estéticas e desestímulo à diversidade. Como consequência dessas normatizações aparecem a possibilidade aumentada de adoecimentos mentais e aumentos das buscas por intervenções estéticas. Destaca-se um certo efeito homogeneizador e despolitizante da homonormatividade, quando transforma complexidades das dissidências sexo/gênero em versões mais toleráveis, incluídas pelo consumo, e corpos rentáveis nas dinâmicas neoliberais.

Dialogando com a noção de norma, cabe pensar que a lógica de gestão, ao se forjar com base em normas sociais, explicitam de forma hegemônica e supostamente consensual as possibilidades de vida. As normas sociais sustentam todo um processo de controle (auto e heterodirigido), previsto pela governamentalidade e pela biopolítica na sua racionalidade própria. Assim, o bem-estar desejado nas formas de governo é direcionado por meio de técnicas, táticas e estratégias e voltado para certos indivíduos e grupos, que se enquadram em tais noções normativas. A norma dialoga, assim com a gestão numa configuração que constrói lógicas e ordens (“lógicas-sem-lógica”) aparentemente abertas à diversidade mas contemplando os sujeitos que escapam ao “possível” previsto, por meio da exterioridade constitutiva (Butler, 2006). Dito de outro modo, aquilo que não se pode ser. E assim, a noção de política que anteriormente fora mencionada como apagada se faz fundamental, numa necessidade de ruptura com tais noções escondidas sob os moldes de uma suposta igualdade, explicitando o litígio já posto, ainda que seja para uma nova reconfiguração normativa mais inclusiva e não consensuada (Rancière, 2009; Marques & Prado, 2018): lembrando que o consenso seria a morte da política na medida em que não é possível condensar de forma equivalente demandas sociais tão diversas.

Esse campo da gestão ético-política das diferenças, por meio do gênero, sexualidade e corporalidade são expandidas no contexto da pandemia. No Brasil, parece indicar uma suposta polarização entre economia versus saúde, que evidencia a articulação entre as biopolíticas e a administração do risco. No

debate sobre as formas mais eficazes de prevenção e contenção do vírus, categorias como “prioridades”, “grupo de risco” e “serviços essenciais” (Junqueira & Prado, 2020) habitam os discursos cotidianos e os planejamentos institucionais. É interessante se atentar para seus usos, uma vez que a nomeação de algo como “essencial” extrapola o âmbito material, se configurando também como uma designação política, que coloca em discussão o cuidado e a proteção de diferentes contingentes populacionais (Breslow, 2020, jun 9). Debater os contornos do que significa promover e preservar a vida hoje, significa também, resistir e se opor a esta gestão, que transforma e confunde os serviços ditos essenciais com a precariedade de determinados segmentos sociais. Uma parte significativa da população, parece o suprimento descartável para que o processo de acumulação e concentração continue operando, como observa Safatle (2020), em sua elaboração sobre o Estado Suicidário.

Como observado por Daniele Lorenzini (2020, p. 5) é importante compreendermos a biopolítica, como política de vulnerabilidade diferencial, que depende fortemente do estabelecimento de hierarquias no valor das vidas, produzindo e multiplicando a vulnerabilidade como meio de governar pessoas. E mais do que uma oposição entre vida e morte, ela organiza o entremeio entre os polos. O que é radicalizado nas dinâmicas raciais e de classe no país, que obrigam a gestão do risco individual a ser articulada com as de sobrevivência de sua comunidade, um exemplo disso: a exposição diferencial à morte fez com que orientações gerais como o confinamento e o uso de máscaras revelasse vieses de classe – que, de certo modo, informa raça e vice-versa (Davis, 2016) – uma vez que pode significar aumento das chances de extermínio policial ou mesmo a miséria e a fome.

Como dito anteriormente, no mundo compartilha-se um momento de perda e retrocessos no debate democrático e no acesso a direitos. Ignorando o que se aprendeu em outros períodos de crise sanitária, atualizando as categorias de grupo de risco, e também desmontando políticas de assistência social. Há uma

ampliação de discursos conservadores que reforcem concepções tradicionais de gênero, retrocessos quanto ao aborto e a diversidade sexual. Corpo, gênero e sexualidades se mostram como mais que apenas analisadores importantes para pensarmos as diferentes dimensões da biopolítica, mas, talvez, como seu elemento desagregador - em proximidade ao que apontam Vianna e Lowenkron (2017) ao tratar o fazer duplo do gênero e do Estado. A gestão se faz e refaz a partir dos gêneros, sexualidades e corpos, ao passo que utiliza cada uma destes de forma essencial e monolítica. Assim, uma vez que as categorizações se mostram insuficientes para lidar com tais pluralidades, esses marcadores acabam agindo de forma a dificultar ou desarticular o processo de gestão.

A questão que perpassa todos esses elementos entretanto é o que nomeamos “crise”. Uma vez que na atualidade, para além de tudo que fora mencionado vivenciamos uma dissolução de fronteiras antes dadas como certas entre o que era lido como realidade – tida em sua concretude como palpável, pautada nas relações presenciais cotidianas – e virtualidade, o que acontece no âmbito das redes, on-line. Isso acelera a interposição das formas governo às possibilidades diversas de existência. E assim o que era lido como elemento desagregador, acaba sendo incorporado rapidamente no fazer da gestão, minando formas de ação política – dificultando contra-ataques ou resistências a serem construídas na mesma rapidez. Parece haver uma variação constante e imprevisível de qual identificação ou vivência será mantida como exterior (constitutivo) do que a gestão apresenta como desejável e aceitável. Assim, aquelas pessoas não tidas como importantes são descartadas nessa lógica da política - em um sentido foucaultiano – e se tornam o elemento desarticulador do projeto, supostamente coletivo – os inimigos ou “a minoria que deve se adequar à maioria”<sup>5</sup>, como vociferam vozes do ultraconservadorismo mundial.

---

<sup>5</sup> Como exemplo de utilização desta lógica temos a fala do então presidente em exercício do Brasil, proferida em discurso para seus aliados. Mas ela não se restringe ao país, bastando observar os discursos de partidos de ultradireita (em ascensão) no contexto europeu, por exemplo, para perceber a linearidade da lógica de governo.

Por isso a gestão da crise: imprevisível, incalculável e mutável, numa velocidade que não é possível ser acompanhada por quem tenta sobreviver. E é sobre isso que os textos compilados versam. Eles nos permitem olhar para as formas de construção de relações de poder, das lógicas de autoridade e normas em meio a hierarquias interpostas no nosso cotidiano. Uma vez que a crise evidencia produções constantes e diferenciais de vulnerabilidade, a gestão passa a se sustentar sobre hegemonias sedimentadas sobre Estado, sujeitos, ideologias, coletividade, individualidade entre outros elementos. Num amálgama que pressupõe gêneros, sexualidades, corpos e práticas, sem dar conta de circunscrever nenhum destes. Novos respiros e novas lacunas sempre aparecerão!

Abrindo este dossiê o texto *'Kit gay' e os problemas da 'pós-verdade': perseguindo respostas críticas* de João Gabriel Maracci e Paula Sandrine Machado analisa aspectos importantes do cenário político nacional nos últimos anos, no que se refere ao controle normativo sobre as sexualidades e as políticas públicas. Através de um mapeamento de controvérsias em mídias digitais indica limitações analíticas na ideia de 'pós-verdade'. Sugerindo que conceitos como *verdade operativa* e *multiplicidade ontológica*, embasadas nos Estudos das Ciências e Tecnologias, permitiriam compreender o êxito político e mobilizatório da composição de controvérsias no debate público.

As lesbianidades (e sapatônicas) ganham destaque a partir de dois textos que articulam dinâmicas de visibilidade e reconhecimento às redes sociais na internet. Debatendo os processos tecnológicos e humanos de condução e produção das realidades virtuais a partir da distribuição de conteúdoslésbicos em redes como Instagram, Facebook e TikTok.

Em *Marketing Patriarcal Biopolítico na Era Digital: Uma Visada Queer sobre a Luta pela Visibilidade Sapatão no Contexto do Capitalismo Comunicativo e da Censura Algorítmica*, Renata Couto de Oliveira analisa ferramentas de moderação

automatizadas das plataformas digitais e engrossa o coro de questionamentos em torno de sua suposta objetividade e neutralidade. A partir dos impedimentos na distribuição de conteúdos associados ao termo *sapatão*, discorre sobre práticas como *shadowban* e outras formas de censura que contribuem para uma *governamentalidade algorítmica* (Cobbe, 2020) heteronormativa e neoliberal. O trabalho conta ainda com a proposição de práticas que podem “*queerificar*” o marketing e as TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação), como o exercício do *design justice* que visa incorporar análises interseccionais nos projetos de inteligência artificial, resistindo ao reducionismo normativo.

O artigo de Joana Ziller, Dayane Barretos, Leíner Hokí e Kellen Xavier intitulado *É a mesma menina? Homonormatividade nos vídeos de lésbicas futch no TikTok* aumenta o grau de precisão da lupa de investigação das interrelações entre lesbianidades e realidades online/offline e observa como lésbicas *futch* – aquelas que transitam entre as categorias princesa/machinha, ou *femme/butch* na plataforma, na maioria das vezes, pouco representam dissidências às normas sexo/gênero. A predominância de uma estética delgada, o consumo de filtros de alterações faciais, maquiagens e roupas dentre outras tecnologias de gênero, garantem a manutenção de uma passabilidade, aqui entendida como a possibilidade de reconhecimento social com o universo cisgênero-heterossexual desejável. Disseminadas como protagonistas de uma vivência lésbica, as imagens de jovens, brancas, magras e consumidoras contribuem para a naturalização normativa e consequente invisibilização sistêmica de outras estéticas sapatonas.

As duas produções se complementam ao analisarem diferentes plataformas e coadunam na afirmação de que as lógicas algorítmicas, informadas por dinâmicas heteronormativas, gordofóbicas e racistas resultam em uma menor diversidade de corpos oferecidos e percebidos como existências possíveis às usuárias. Outros pontos merecem destaque como a centralidade da lógica do consumo na regulação das ferramentas de tecnologia e como a homonormatividade produz

corpos funcionais para as dinâmicas neoliberais. Contribuem também para o entendimento de como em plataformas, nas quais a repetição é um princípio algoritmicamente estimulado, as diferenças são desencorajadas e representam um risco ao alcance dos conteúdos publicados.

O texto *“Corporalidade trans-travesti: notas sobre o corpo político via poder e violência”*, de Jailton Melo, traz à cena as especificidades voltadas para travestilidades e transexualidades a partir de uma discussão teórica acerca da precariedade e das coletividades que atravessam estas experiências. Para tanto é realizada uma aproximação de três teóricos que fundamentam a reflexão proposta: Foucault, Agamben e Arendt. O encontro de tais teóricos é pautado na noção das corporalidades que atravessam o sistema que as desqualifica. Dito de outro modo, há uma percepção da violência – a partir da noção de biopoder – como ponto nodal que vincularia estas diversidades à gestão. Gêneros, sexualidades e corporalidades diversas seriam enquadrados em lógicas hegemônicas binárias, que também designam espaços possíveis de acordo com a leitura do espaço social, como cindido entre público e privado. Todo esse processo, implica em efeitos que afetam diretamente a vida de travestis e transexuais que acabam em não ser contempladas pelos sistemas de gestão Estatal, ou são contempladas na via da interdição. E, deste modo, desassistidas em suas relações com a institucionalidade e pelas políticas públicas, sofrem efeitos que partem também do corpo, que é impactado neste processo. Ao longo do texto, são enumeradas algumas situações como exemplos destes entrecortes nas relações que travestis e transexuais estabelecem nos âmbitos da saúde e da educação. Esse des-cuidado, parece consistir em um projeto de vulnerabilização destas pessoas, cujas vidas não são vislumbradas como inteligíveis, mas não reduzem suas experiências. Em contraponto a tal cenário, estratégias coletivas parecem calçar os processos de subjetivação apresentados, como forma de resistência à lógica desigual que se estabelece.

Por fim, o texto *“Banheirão, pista e pegação: relato etnográfico sobre práticas homoeróticas e seus conflitos em espaços públicos de Campo dos Goytacazes”*, de Bruno Henrique Rodrigues de Oliveira, encerra o dossiê com uma experiência etnográfica que se desenrola em espaços públicos de uma cidade do interior brasileiro, cujas práticas de ocupação e compartilhamento passam, majoritariamente por práticas homoeróticas, homoafetivas, trazendo à tona, inclusive, as nuances do trabalho na prostituição. Toda a dinâmica apresentada se forja na relação entre as diversas pessoas que coexistem naquele espaço público. Há uma implicação coletiva que passa pela gestão de si e dos outros, à medida que há constantes negociações para estabelecer quais práticas são autorizadas e quais pessoas reconhecidas, numa forma própria de regulação que evoca concomitantemente e de forma indissociada gênero, sexualidade, classe, raça, passando também pelas especificidades da demografia e geografia do lugar observado.

Nosso desejo é que este organizado de reflexões seja mais uma ferramenta para criar alternativas não só de leitura e análise deste momento específico mas também alimente lutas e resistências inovadoras neste cenário.

## REFERÊNCIAS

Butler, Judith (2006). *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós.

Butler, Judith (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Breslow, Jacob (2020). A transfobia não essencial na política do desastre na pandemia. Sexuality Policy Watch. Recuperado em 9 junho, 2020 de: <https://sxpolitics.org/ptbr/a-transfobia-nao-essencial-na-politica-do-desastre-da-pandemia/10682>

Carmo, Íris N. (2018). O perigo das dobras: iconografias e corporalidades no feminismo contemporâneo. *Sociologia & Antropologia*, 8(1), 193-222.

Castilho, Constanzx (2014). *La cerda punk: ensayos desde un feminismo gordo, lésbiko, anticapitalista y antiespecista*. Valparaíso: Trio Editorial.

Castro, Edgardo (2016). *Vocabulário do Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica.

Davis, Angela (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.

Foucault, Michel (2011). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, Michel (2006). A “governamentalidade” In M. B. Motta (Org.). *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber* (pp. 281-305). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, Michel (1989). *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Gomes, Carla C. (2017). Corpo e emoção no protesto feminista: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 25, 231-255.

Junqueira, Rogério D. & Prado, Marco A. M. (2020). *A gestão ético-política da pandemia no Brasil: grupo de risco e normalização da catástrofe*. Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Recuperado em 18 novembro, 2022 de: <https://campanha.org.br/analises/rogerio-diniz-junqueira/gestao-etico-politica-da-pandemia-de-covid-19-no-brasil-grupo-de-risco-e-normalizacao-da-catast/>

Lorenzini, Daniele (2020). Biopolítica em tempos de coronavírus. Instituto Humanitas Unisinos. Recuperado em 14 abril, 2020 de:

<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598029-biopolitica-nostempos-do-coronavirus-artigo-de-danielelorenzini>

Louro, Guacira L. (2008). Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, 19(2), 1-23.

Marques, Ana C. S. & Prado, Marco A. M. (2018). *Diálogos e dissidências – Michel Foucault e Jacques Rancière*. Curitiba: Appris.

Rancière, Jacques (2009). *A partilha do sensível – estética e política*. São Paulo: Editora 34.

Safatle, Vladimir (2020). Bem vindo ao estado suicidário. Recuperado em 18 novembro, 2022 de: <https://n-1edicoes.org/004>

Segata, Jean (2020). A pandemia e o digital. *Revista Todavia*, 7(1), 7-15.

Spade, Dean (2015). *Normal life – administrative violence, critical trans politics, and the limits of law*. Durham: Duke University Press.

Tesser, Charles D. (2017). Por que é importante a prevenção quaternária na prevenção? *Revista de Saúde Pública*, 51, 1-9.

Vianna, Adriana & Lowenkron, Laura (2017). O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. *Cadernos Pagu*, 51, e175101.

## **CORPORALIDADES E DIVERSIDADE DE GÊNERO/SEXUALIDADE: A GESTÃO ÉTICO-POLÍTICA ENTRE INSTITUIÇÕES, IDEOLOGIAS E SUBJETIVIDADE**

### **Resumo**

Texto de abertura do dossiê temático “Corporalidades e diversidade de gênero/sexualidade: a gestão ético-político entre instituições, ideologias e subjetividade”.

### **Palavras-chave**

Corporalidades. Diversidade de gênero/sexualidade. Gestão ético-política.

## **CORPORALIDADES Y DIVERSIDAD DE GÉNERO/SEXUAL: GESTIÓN ÉTICO- POLÍTICA ENTRE INSTITUCIONES, IDEOLOGÍAS Y SUBJETIVIDAD**

### **Resumen**

Texto de apertura del dossier temático “Corporalidades y diversidad de género/sexualidad: la gestión ético-política entre instituciones, ideologías y subjetividad”.

### **Palabras clave**

Corporalidades. Diversidad de género/sexualidad. Gestión ético-política.

## **CORPORALITIES AND GENDER/SEXUAL DIVERSITY: THE ETHICAL-POLITICAL MANAGEMENT BETWEEN INSTITUTIONS, IDEOLOGIES AND SUBJECTIVITY**

### **Abstract**

Opening text of the thematic dossier “Corporalities and gender/sexual diversity: the ethical-political management between institutions, ideologies and subjectivity”.

### **Keywords**

Corporalities. Gender/sexuality diversity. Ethical-political management.

## CONTRIBUIÇÃO

### **Rafaela Vasconcelos Freitas**

A autora declara ter contribuído para este texto da seguinte forma: financiamento (equânime), concepção (equânime), teorização (equânime), coleta de dados (equânime), análise de dados (equânime) e conclusão (equânime).

### **Bárbara Gonçalves Mendes**

A autora declara ter contribuído para este texto da seguinte forma: financiamento (equânime), concepção (equânime), teorização (equânime), coleta de dados (equânime), análise de dados (equânime) e conclusão (equânime).

### **Marco Aurélio Máximo Prado**

O autor declara ter contribuído para este texto da seguinte forma: financiamento (equânime), concepção (equânime), teorização (equânime), coleta de dados (equânime), análise de dados (equânime) e conclusão (equânime).

## CONFLITOS DE INTERESSE

Es autores declaram não haver conflitos de interesse.

## PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Es autores declaram que foram observados os princípios e preceitos éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos no estudo que serviu de base para esta contribuição.

## AGRADECIMENTOS

Es autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico (CNPq).

## COMO CITAR

Freitas, Rafaela V., Mendes, Bárbara G., & Prado, Marco A. M. (2022).  
Corporalidades e diversidade de gênero/sexualidade: a gestão ético-política  
entre instituições, ideologias e subjetividade. *Farol – Revista de Estudos  
Organizacionais e Sociedade*, 9(26), 826-847.